

EMENDA Nº - CMMPV 1370/2026
(à MPV 1370/2026)

Dê-se nova redação ao art. 9º-D e aos §§ 1º, 2º e 5º do art. 9º-D; e acrescentem-se §§ 3º e 4º ao art. 9º-D, todos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 9º-D. O Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – ENAMED compreenderá, além da avaliação cognitiva escrita, etapa de avaliação prática destinada à aferição das competências clínicas, comunicacionais, procedimentais e profissionais desenvolvidas durante a graduação em Medicina.

§ 1º A avaliação prática será realizada preferencialmente por meio de Exame Clínico Objetivo Estruturado, ou por metodologia equivalente validada cientificamente, baseada em estações padronizadas destinadas à avaliação do desempenho do estudante em situações clínicas simuladas.

§ 2º A etapa prática deverá ser aplicada ao final do internato médico e observar matriz nacional de competências elaborada pelo Conselho Federal de Medicina, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.

§ 3º A avaliação prática contemplará, entre outros domínios:

- I** – anamnese e raciocínio clínico;
- II** – exame físico;
- III** – interpretação de exames complementares;
- IV** – elaboração de hipóteses diagnósticas;
- V** – tomada de decisão clínica;
- VI** – comunicação com pacientes e familiares;
- VII** – profissionalismo e ética médica;
- VIII** – segurança do paciente;
- IX** – procedimentos médicos essenciais;
- X** – trabalho em equipe e habilidades interprofissionais.

§ 4º A estrutura, os critérios de padronização, os métodos de aplicação, os instrumentos de avaliação e os parâmetros psicométricos da etapa prática serão



definidos pelo Conselho Federal de Medicina, observados os princípios de validade, confiabilidade, reprodutibilidade e equidade.

§ 5º A implementação da etapa prática poderá ocorrer de forma progressiva e regionalizada, mediante credenciamento de centros avaliadores vinculados a instituições de ensino superior e hospitais de ensino, assegurada a uniformidade dos padrões nacionais de avaliação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade aperfeiçoar a governança institucional do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – ENAMED, mediante a instituição de instância executiva de caráter permanente, com participação das entidades representativas da profissão médica, das instituições formadoras e dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de educação e saúde.

Considerando que o ENAMED constitui instrumento estratégico para a avaliação das competências necessárias ao exercício profissional da Medicina e para o aprimoramento da formação médica no País, mostra-se imprescindível assegurar que a definição de suas diretrizes técnicas, da matriz de competências e dos conteúdos avaliativos observe processo decisório pautado pela pluralidade institucional, pela legitimidade técnica e pela representação dos diversos segmentos envolvidos.

A redação atualmente constante da Medida Provisória nº 1.370, de 2025, concentra a estrutura de governança do exame no âmbito do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, sem prever mecanismos de participação institucional permanente das entidades médicas e das instituições de ensino superior responsáveis pela formação dos futuros profissionais.

A proposta ora apresentada não implica mitigação das competências constitucionais atribuídas ao Ministério da Educação, preservando-se integralmente a atribuição da União para formular e executar as políticas nacionais de educação.



Ao contrário, busca-se conferir maior legitimidade, estabilidade institucional e segurança técnica ao processo de elaboração e atualização do ENAMED, mediante a constituição de Comissão Executiva dotada de composição plural e representativa, capaz de promover a necessária integração entre as políticas de formação médica, as necessidades do Sistema Único de Saúde e os padrões profissionais reconhecidos pela comunidade médica organizada.

A participação da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Medicina, da Comissão Nacional de Residência Médica, das sociedades de especialidade e das instituições de educação superior encontra fundamento no princípio da cooperação institucional e nas melhores práticas internacionais de avaliação e licenciamento profissional.

Dessa forma, a presente emenda representa medida de aprimoramento institucional do ENAMED, razão pela qual se espera contar com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 25 de junho de 2026.

Senador Astronauta Marcos Pontes
(PL - SP)

